



# Demonstrações Financeiras 2017

- Líder mundial na produção de rodas automotivas
- Um dos líderes em produção de componentes estruturais para veículos comerciais nas Américas
- 31 unidades fabris localizadas em 14 países

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

1. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A Iochpe-Maxion é uma companhia global, líder mundial na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas.

Contamos com 31 unidades fabris, localizadas em 14 países e cerca de 15 mil funcionários, o que nos capacita a atender os nossos clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

Somos uma Companhia que possui alto nível de conhecimento técnico e que busca constantemente fornecer soluções inovadoras nas áreas em que atuamos, utilizando macro-tendências globais para direcionar o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias de forma independente ou em cooperação com parceiros estratégicos.

Operamos nosso principal negócio por meio de duas divisões: Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

Na Maxion Wheels, produzimos e comercializamos uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

Na Maxion Structural Components, produzimos longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves.

Adicionalmente, por meio da AmstedMaxion (negócio em conjunto), produzimos rodas e fundidos ferroviários, fundidos industriais e vagões de carga.

2. DESTAQUES

- Receita operacional líquida consolidada de R\$ 1.954,6 milhões no 4T17, um crescimento de 16,5% em relação ao 4T16.
- Receita proveniente de vendas domésticas de R\$ 479,0 milhões no 4T17, um crescimento de 27,2% em relação ao 4T16.
- Crescimento de 13,3% na receita proveniente das vendas internacionais no 4T17 em relação ao 4T16. Excluindo o efeito da variação cambial, o crescimento teria sido de 9,2%.
- Geração bruta de caixa (EBITDA) de R\$ 198,8 milhões com margem EBITDA de 10,2% no 4T17, um crescimento de 5,0% em relação ao 4T16. Desconsiderando os efeitos não recorrentes ocorridos em ambos os períodos descritos no item 4.4 abaixo, o EBITDA no 4T17 teria sido de R\$ 222,0 milhões, com margem EBITDA de 11,4% e apresentado um crescimento de 15,6% em relação ao 4T16.
- Lucro líquido de R\$ 11,8 milhões no 4T17. Desconsiderando os efeitos não recorrentes mencionados nos itens 4.4 e 4.8 em ambos os períodos, o lucro líquido no 4T17 teria sido de R\$ 51,9 milhões, um crescimento de 165,8% em relação ao 4T16.
- Endividamento bancário líquido de R\$ 2.299,9 milhões no 4T17 (R\$ 2.628,5 milhões no 4T16). A alavancagem financeira (endividamento líquido/EBITDA dos últimos 12 meses) reduziu de 3,30x no final do 4T16 para 2,88x no final do 4T17. Desconsiderando o efeito do ajuste contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão, o endividamento bancário líquido teria sido de R\$ 2.190,1 milhões com alavancagem financeira de 2,74x no final do 4T17.
- Ao longo de 2017, receita operacional líquida de R\$ 7.487,9 milhões, um crescimento de 9,9% (15,9% ajustado pela variação cambial); EBITDA ajustado em 2017 desconsiderando os efeitos não recorrentes de ambos os períodos de R\$ 849,7 milhões, com margem de 11,3%, um crescimento de 17,8% e 0,7 ponto percentual em relação ao ano de 2016.
- Em dezembro de 2017 a Companhia adquiriu participação de aproximadamente 30% das operações da unidade de rodas de alumínio na Tailândia. Após esta aquisição, a Companhia passou a deter 100% da unidade.
- Início do projeto de construção de uma nova unidade de rodas de alumínio na Índia com capacidade de produção prevista de 2 milhões de rodas por ano. A aquisição da participação da unidade na Tailândia e a nova unidade de rodas na Índia reforçam a estratégia da Companhia em aumentar a participação nesse produto e nessa região.

3. MERCADO

A produção de veículos e máquinas agrícolas, nas regiões onde se concentram o maior percentual do faturamento consolidado da Companhia, apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em unidades):

	Brasil			Nafta			Europa		
	4T16	4T17	Var.	4T16	4T17	Var.	4T16	4T17	Var.
Veículos Leves	573.549	684.356	19,3%	4.357.663	4.172.726	-4,2%	4.995.786	5.278.575	5,7%
Veículos Comerciais	18.322	28.358	54,8%	102.304	120.600	17,9%	129.774	132.252	1,9%
<b>Total Veículos</b>	<b>591.871</b>	<b>712.714</b>	<b>20,4%</b>	<b>4.459.967</b>	<b>4.293.326</b>	<b>-3,7%</b>	<b>5.125.560</b>	<b>5.410.827</b>	<b>5,6%</b>
Máquinas Agrícolas	17.470	11.149	-36,2%	N/A	N/A		N/A	N/A	
<b>Segmento</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var.</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var.</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var.</b>
Veículos Leves	2.077.169	2.596.115	25,0%	17.836.685	17.128.394	-4,0%	20.213.513	20.668.236	2,2%
Veículos Comerciais	79.187	103.557	30,8%	470.467	512.186	8,9%	481.620	497.165	3,2%
<b>Total Veículos</b>	<b>2.156.356</b>	<b>2.699.672</b>	<b>25,2%</b>	<b>18.307.152</b>	<b>17.640.580</b>	<b>-3,6%</b>	<b>20.695.133</b>	<b>21.165.401</b>	<b>2,3%</b>
Máquinas Agrícolas	54.032	54.988	1,8%	N/A	N/A		N/A	N/A	

4. DESEMPENHO OPERACIONAL FINANCEIRO

DRE Consolidado - R\$ mil	4T16	4T17	Var.	2016	2017	Var.
Receita Operacional Líquida	1.678.459	1.954.644	16,5%	6.816.454	7.487.940	9,9%
Custo dos Produtos Vendidos	(1.423.897)	(1.659.083)	16,5%	(5.844.666)	(6.332.962)	8,4%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>254.562</b>	<b>295.561</b>	<b>16,1%</b>	<b>971.788</b>	<b>1.154.978</b>	<b>18,9%</b>
	<b>15,2%</b>	<b>15,1%</b>		<b>14,3%</b>	<b>15,4%</b>	
Despesas Operacionais	(140.517)	(177.825)	26,6%	(463.667)	(638.465)	37,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.097)	(2.071)	-33,1%	(28.799)	(19.957)	-30,7%
<b>Lucro Operacional (EBIT)</b>	<b>110.948</b>	<b>115.665</b>	<b>4,3%</b>	<b>479.322</b>	<b>496.556</b>	<b>3,6%</b>
	<b>6,6%</b>	<b>5,9%</b>		<b>7,0%</b>	<b>6,6%</b>	
Resultado Financeiro	(80.212)	(80.764)	0,7%	(344.490)	(347.208)	0,8%
Imposto de Renda/Contribuição Social	3.159	2.478	-21,6%	(45.702)	(69.139)	51,3%
Participação de Não Controladores	(17.047)	(25.574)	50,0%	(67.599)	(73.806)	9,2%
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>16.848</b>	<b>11.805</b>	<b>-29,9%</b>	<b>21.531</b>	<b>6.403</b>	<b>-70,3%</b>
	<b>1,0%</b>	<b>0,6%</b>		<b>0,3%</b>	<b>0,1%</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>189.250</b>	<b>198.766</b>	<b>5,0%</b>	<b>796.225</b>	<b>798.553</b>	<b>0,3%</b>
	<b>11,3%</b>	<b>10,2%</b>		<b>11,7%</b>	<b>10,7%</b>	
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.097	2.071	-33,1%	28.799	19.957	-30,7%
<b>EBITDA Ajustado sem Equivalência Patrimonial</b>	<b>192.347</b>	<b>200.837</b>	<b>4,4%</b>	<b>825.024</b>	<b>818.510</b>	<b>-0,8%</b>
	<b>11,5%</b>	<b>10,3%</b>		<b>12,1%</b>	<b>10,9%</b>	

4.1. Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 1.954,6 milhões no 4T17 e R\$ 7.487,9 milhões em 2017, um crescimento de 16,5% e de 9,9% em relação ao 4T16 e a 2016, respectivamente.

O resultado no 4T17 foi influenciado positivamente pelo crescimento da produção de veículos no Brasil e na Europa, e também pelo crescimento da produção de veículos pesados no NAFTA; e de forma negativa pela queda da produção de veículos leves no NAFTA.

No 4T17 a variação cambial afetou positivamente a receita operacional líquida em R\$ 53,8 milhões, devido principalmente à valorização do Euro. Em 2017 a variação cambial foi negativa em R\$ 415,7 milhões. Desconsiderando os efeitos da variação cambial em ambos os períodos, a receita operacional líquida no 4T17 e em 2017 teria apresentado um crescimento de 13,2% e de 15,9% em relação ao 4T16 e a 2016, respectivamente.

As vendas domésticas atingiram R\$ 479,0 milhões no 4T17 e R\$ 1.831,3 milhões em 2017 e representaram 24,5% da receita operacional líquida consolidada, um aumento de 27,2% em relação ao 4T16 e de 30,8% em relação a 2016.

As vendas internacionais atingiram R\$ 1.475,7 milhões (US\$ 454,9 milhões) no 4T17 e R\$ 5.656,6 milhões (US\$ 1.772,1 milhões) em 2017 e representaram 75,5% da receita operacional líquida consolidada, um crescimento de 13,3% em Reais e de 14,9% em Dólares, quando comparadas ao 4T16, e um crescimento de 4,4% em Reais e de 14,0% em Dólares, quando comparadas a 2016.

A tabela a seguir apresenta o comportamento da receita operacional líquida consolidada por origem e por tipo de produto, nos períodos indicados.

Receita Operacional Líquida - R\$ mil	4T16	4T17	Var.	2016	2017	Var.
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	83.671	99.677	19,1%	312.376	395.444	26,6%
Rodas Aço (Veículos Leves)	77.519	102.703	32,5%	268.571	376.384	40,1%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	76.885	93.764	22,0%	295.083	403.149	36,6%
Componentes Estruturais (Veículos Leves)	40.634	44.370	9,2%	142.529	165.782	16,3%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	97.789	138.474	41,6%	381.697	490.567	28,5%
<b>América do Sul</b>	<b>376.497</b>	<b>478.987</b>	<b>27,2%</b>	<b>1.400.256</b>	<b>1.831.326</b>	<b>30,8%</b>
	<b>22,4%</b>	<b>24,5%</b>		<b>20,5%</b>	<b>24,5%</b>	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	65.454	61.362	-6,3%	291.782	260.400	-10,8%
Rodas Aço (Veículos Leves)	262.169	238.715	-8,9%	1.078.141	994.901	-7,7%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	57.592	52.423	-9,0%	241.862	221.227	-8,5%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	119.574	160.617	34,3%	532.585	650.556	22,2%
<b>América do Norte</b>	<b>504.789</b>	<b>513.117</b>	<b>1,6%</b>	<b>2.144.369</b>	<b>2.127.084</b>	<b>-0,8%</b>
	<b>30,1%</b>	<b>26,3%</b>		<b>31,5%</b>	<b>28,4%</b>	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	345.182	396.407	14,8%	1.317.986	1.434.080	8,8%
Rodas Aço (Veículos Leves)	200.233	221.963	10,9%	814.205	811.470	-0,3%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	127.193	164.838	29,6%	585.218	626.698	7,1%
<b>Europa</b>	<b>672.608</b>	<b>783.207</b>	<b>16,4%</b>	<b>2.717.409</b>	<b>2.872.248</b>	<b>5,7%</b>
	<b>40,1%</b>	<b>40,1%</b>		<b>39,9%</b>	<b>38,4%</b>	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	70.562	105.078	48,9%	306.208	374.047	22,2%
Rodas Aço (Veículos Leves)	18.754	18.001	-4,0%	75.418	82.566	9,5%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	35.251	56.254	59,6%	172.794	200.670	16,1%
<b>Ásia + Outros</b>	<b>124.566</b>	<b>179.333</b>	<b>44,0%</b>	<b>554.420</b>	<b>657.282</b>	<b>18,6%</b>
	<b>7,4%</b>	<b>9,2%</b>		<b>8,1%</b>	<b>8,8%</b>	
<b>Iochpe-Maxion Consolidado</b>	<b>1.678.460</b>	<b>1.954.644</b>	<b>16,5%</b>	<b>6.816.454</b>	<b>7.487.940</b>	<b>9,9%</b>
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	
Maxion Wheels	1.420.463	1.611.183	13,4%	5.759.644	6.181.034	7,3%
	<b>84,6%</b>	<b>82,4%</b>		<b>84,5%</b>	<b>82,5%</b>	
Maxion Structural Components	257.996	343.461	33,1%	1.056.811	1.306.905	23,7%
	<b>15,4%</b>	<b>17,6%</b>		<b>15,5%</b>	<b>17,5%</b>	

4.2. Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 1.659,1 milhões no 4T17 e R\$ 6.333,0 milhões em 2017, um crescimento de 16,5% em relação ao 4T16 e de 8,4% em relação a 2016. A sua participação em relação à receita operacional líquida consolidada aumentou de 84,8% no 4T16 para 84,9% no 4T17, e diminuiu de 85,7% em 2016 para 84,6% em 2017.

4.3. Lucro Bruto

O lucro bruto no 4T17 foi de R\$ 295,6 milhões com margem bruta de 15,1% e de R\$ 1.155,0 milhões em 2017, com margem bruta de 15,4%, um crescimento de 16,1% em relação ao 4T16, quando o valor foi de R\$ 254,6 milhões com margem bruta de 15,2%, e um crescimento de 18,9% em relação a 2016, quando o valor foi de R\$ 971,8 milhões com margem bruta de 14,3%.

4.4. Despesas Operacionais Líquidas

As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 177,8 milhões no 4T17 e R\$ 638,5 milhões em 2017, um aumento de 26,6% em relação ao 4T16 e de 37,7% em relação a 2016. A sua participação em relação à receita operacional líquida consolidada aumentou de 8,4% no 4T16 para 9,1% no 4T17, e de 6,8% em 2016 para 8,5% em 2017.

As despesas operacionais no 4T17 foram afetadas: (i) pelo efeito negativo de R\$ 10,1 milhões referente ao valor justo das opções outorgadas aos demais acionistas da controlada em conjunto AmstedMaxion Fundição, e (ii) por despesas operacionais e judiciais de R\$ 13,1 milhões principalmente relacionadas a reestruturações.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes do 4T17 e do 4T16, as despesas operacionais teriam apresentado um crescimento de 12,2% no 4T17 e sua participação em relação à receita operacional líquida teria diminuído de 8,2% no 4T16 para 7,9% no 4T17. Em 2017, desconsiderando os efeitos de ambos os períodos, as despesas operacionais teriam apresentado um crescimento de 13,3% e sua participação em relação à receita operacional líquida teria aumentado de 7,9% em 2016 para 8,1% em 2017.

4.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial atingiu valores negativos de R\$ 2,1 milhões no 4T17 e de R\$ 20,0 milhões em 2017, uma melhora em relação aos valores negativos de R\$ 3,1 milhões no 4T16 e R\$ 28,8 milhões em 2016.

O resultado da equivalência patrimonial em 2017 foi afetado negativamente por um evento não recorrente e sem efeito no fluxo de caixa, relacionado à capitalização das *joint ventures* da AmstedMaxion pela já acionista Greenbrier do Brasil Participações Ltda., que gerou um impacto contábil negativo de R\$ 22,6 milhões, referente à baixa da reavaliação do investimento proporcional à redução da participação acionária. Desconsiderando o efeito não recorrente, o resultado da equivalência patrimonial representaria uma melhora de 109,0% em 2017 em relação a 2016.

A tabela a seguir apresenta os valores correspondentes às participações societárias da Iochpe-Maxion os quais refletem o resultado da equivalência patrimonial na Companhia.

R\$ mil	4T16			4T17			Var.
	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(4.831)</b>	<b>1.734</b>	<b>(3.097)</b>	<b>(2.722)</b>	<b>651</b>	<b>(2.071)</b>	<b>33,1%</b>
R\$ mil	2016			2017			Var.
	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(28.041)</b>	<b>(758)</b>	<b>(28.799)</b>	<b>(21.419)</b>	<b>1.462</b>	<b>(19.957)</b>	<b>30,7%</b>

4.6. Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro (EBIT)

O EBIT atingiu R\$ 115,7 milhões no 4T17 e R\$ 496,6 milhões em 2017, um crescimento de 4,3% em relação ao 4T16 e de 3,6% em relação a 2016. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada diminuiu de 6,6% no 4T16 para 5,9% no 4T17 e de 7,0% em 2016 para 6,6% em 2017.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes em ambos os períodos mencionados nos itens 4.4 e 4.5 acima, o EBIT teria apresentado um aumento de 22,2% no 4T17 em relação ao 4T16, e um aumento de 35,4% em 2017 em relação a 2016. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada teria aumentado de 6,8% no 4T16 para 7,1% no 4T17, e de 5,9% em 2016 para 7,3% em 2017.

4.7. Geração de Caixa Bruta (EBITDA)

O EBITDA atingiu R\$ 198,8 milhões no 4T17 e R\$ 798,6 milhões em 2017, um crescimento de 5,0% em relação ao 4T16 e de 0,3% em relação a 2016. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada diminuiu de 11,3% no 4T16 para 10,2% no 4T17 e de 11,7% em 2016 para 10,7% em 2017.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes de ambos os períodos e mencionados anteriormente, o EBITDA teria apresentado um aumento de 15,6% no 4T17 em relação ao 4T16, e de 17,8% em 2017 em relação a 2016. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada teria apresentado o mesmo nível do 4T16 em 11,4% no 4T17, e aumentado de 10,6% em 2016 para 11,3% em 2017.

A tabela a seguir apresenta a evolução do EBITDA nos períodos indicados.

Conciliação do EBITDA - R\$ mil	4T16	4T17	Var.	2016	2017	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	16.848	11.805	-29,9%	21.531	6.403	-70,3%
Não Controladores	17.047	25.574	50,0%	67.599	73.806	9,2%
Imposto de Renda/Contribuição Social	(3.159)	(2.478)	-21,6%	45.702	69.139	51,3%
Resultado Financeiro	80.212	80.764	0,7%	344.490	347.208	0,8%
Depreciação/Amortização	78.301	83.101	6,1%	316.903	301.997	-4,7%
<b>EBITDA</b>	<b>189.250</b>	<b>198.766</b>	<b>5,0%</b>	<b>796.225</b>	<b>798.553</b>	<b>0,3%</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.097	2.071	-33,1%	28.799	19.957	-30,7%
<b>EBITDA Ajustado sem Equivalência Patrimonial</b>	<b>192.347</b>	<b>200.837</b>	<b>4,4%</b>	<b>825.024</b>	<b>818.511</b>	<b>-0,8%</b>

4.8. Resultado Financeiro

O resultado financeiro no 4T17 foi negativo em R\$ 80,8 milhões (R\$ 347,2 milhões em 2017), impactado em R\$ 25,9 milhões pelo ajuste contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão, e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão, esta última com vencimento em 1º de abril de 2018.

Excluindo-se tal ajuste, o resultado financeiro representaria um valor negativo de R\$ 54,8 milhões no 4T17 e R\$ 226,0 milhões em 2017, uma melhora de 31,6% e de 35,1% em relação ao 4T16 e em 2016, respectivamente. Ainda excluindo tal ajuste, a variação no 4T17 em relação ao 4T16 deve-se principalmente à redução líquida de R\$ 39,1 milhões nas despesas com juros sobre financiamento resultante das negociações de dívida da Companhia e a queda do certificado de depósito interbancário (CDI).

4.9. Resultado Líquido

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017**

A Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto em discussão com os seus auditores independentes, concluíram que estes serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade destes, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados. A Iochpe-Maxion adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

**13. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

As informações financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS.

O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional da Companhia, ou uma alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Instrução CVM 527 regulamentada em 04/10/12. Com isso, o EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes de juros, Imposto de Renda e Contribuição Social e depreciação/amortização.

Cruzeiro, 20 de fevereiro de 2018.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais - R\$)**

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	121.040	29.659	543.331	431.599	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	375.463	517.903	1.352.544	1.182.808
Contas a receber de clientes	6	254.116	184.973	1.064.916	835.158	Fornecedores	15	143.696	93.033	1.056.299	856.084
Estoques	7	348.130	223.339	1.191.445	865.029	Obrigações fiscais	16	8.170	7.554	133.550	77.103
Impostos a recuperar	8	23.008	20.533	159.482	125.249	Obrigações sociais e trabalhistas	17	75.299	56.498	251.936	203.829
Despesas antecipadas		4.370	855	19.657	23.054	Adiantamentos de clientes		91.933	50.511	99.795	55.942
Outros créditos		3.933	8.435	69.932	84.622	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		5.436	10.751	5.436	10.751
Total do ativo circulante		754.597	467.794	3.048.763	2.364.711	Outras obrigações		35.155	30.989	161.294	135.202
						Total do passivo circulante		735.152	767.239	3.060.854	2.521.719
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	8	14.048	32.503	19.435	34.002	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	194.986	685.085	1.490.732	1.877.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	135.181	89.306	257.236	188.481	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	18	48.651	40.482	100.663	70.650
Depósitos judiciais		49.011	40.879	61.548	55.066	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	169.030	162.883
Partes Relacionadas	10.b	31.961	-	31.961	-	Passivo atuarial de plano de pensão	19	-	-	421.237	383.157
Outros créditos		4.321	2.251	12.451	11.504	Outras obrigações		15.520	2.300	49.227	24.352
Investimentos	11	1.461.731	1.698.598	47.339	81.425	Total do passivo não circulante		259.157	727.867	2.230.889	2.518.319
Imobilizado	12	903.162	925.368	3.023.091	2.919.881	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Intangível	13	28.150	22.392	1.420.424	1.402.045	Capital social	20.a	1.277.398	700.000	1.277.398	700.000
Total do ativo não circulante		2.627.565	2.811.297	4.873.485	4.692.404	Opções outorgadas reconhecidas		3.080	2.952	3.080	2.952
						Reservas de lucros		319.033	310.193	319.033	310.193
						Reserva de capital		(1.747)	-	(1.747)	-
						Ações em tesouraria		(12.880)	(8.260)	(12.880)	(8.260)
						Ajuste de avaliação patrimonial		802.969	779.100	802.969	779.100
						Patrimônio líquido		2.387.853	1.783.985	2.387.853	1.783.985
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	242.652	233.092
						Patrimônio líquido total		2.387.853	1.783.985	2.630.505	2.017.077
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.382.162</b>	<b>3.279.091</b>	<b>7.922.248</b>	<b>7.057.115</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.382.162</b>	<b>3.279.091</b>	<b>7.922.248</b>	<b>7.057.115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	25	1.670.731	1.100.936	7.487.940	6.816.454
<b>LUCRO BRUTO</b>	26	(1.453.056)	(1.030.404)	(6.332.962)	(5.844.666)
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		217.675	70.532	1.154.978	971.788
Com vendas	26	(38.302)	(27.214)	(162.157)	(150.931)
Gerais e administrativas	26	(79.589)	(67.068)	(384.406)	(368.226)
Honorários da Administração	10	(14.402)	(16.147)	(14.402)	(16.147)
Resultado de equivalência patrimonial	11	87.946	195.669	(19.957)	(28.799)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(22.517)	12.023	(77.500)	71.637
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		150.811	167.795	496.556	479.322
Receitas financeiras	23	42.170	43.077	55.160	57.837
Despesas financeiras	23	(227.402)	(250.918)	(394.624)	(382.253)
Varição cambial, líquida	24	980	(8.296)	(7.744)	(20.074)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(33.441)	(48.342)	149.348	134.832
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes	9.b	(5.529)	(6.909)	(136.828)	(112.502)
Diferidos	9.b	45.373	76.782	67.689	66.800
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>6.403</b>	<b>21.531</b>	<b>80.209</b>	<b>89.130</b>
<b>ATRIBUÍVEL AOS</b>					
Acionistas controladores		6.403	21.531	6.403	21.531
Acionistas não controladores		-	-	73.806	67.599
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:</b>					
BÁSICO - R\$	31	0,04973	0,22769	0,04973	0,22769
DILUÍDO - R\$	31	0,04971	0,22757	0,04971	0,22757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de Reais - R\$)

RECEITAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vendas de mercadorias e bens	25	2.121.686	1.394.087	8.029.509	7.239.433
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(1.642)	(271)	(1.777)	(3.354)
Outras receitas		9.736	8.688	18.795	129.663
		2.129.780	1.402.504	8.046.527	7.365.742
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUEM ICMS E IPI)</b>					
Matérias-primas consumidas		(861.721)	(538.918)	(4.235.819)	(3.722.794)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	26	(202.807)	(162.920)	(1.076.485)	(1.079.373)
		(1.064.528)	(701.838)	(5.312.304)	(4.802.167)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>1.065.252</b>	<b>700.666</b>	<b>2.734.223</b>	<b>2.563.575</b>
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciação e amortização	12 e 13	(52.334)	(44.251)	(301.997)	(316.903)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS</b>		<b>1.012.918</b>	<b>656.415</b>	<b>2.432.226</b>	<b>2.246.672</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11	87.946	195.669	(19.957)	(28.799)
Receitas financeiras	23	42.170	43.077	55.160	57.837
Varição cambial	24	980	(8.296)	(7.744)	(20.074)
		131.096	230.450	27.459	8.964
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>1.144.014</b>	<b>886.865</b>	<b>2.459.685</b>	<b>2.255.636</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Empregados:</b>					
Salários e encargos sociais		461.190	361.808	1.371.499	1.314.741
Participação de empregados		23.135	18.174	60.063	59.650
<b>Impostos:</b>					
Federais		186.080	74.644	238.874	154.411
Estaduais		224.934	148.524	279.603	214.035
Municipais		96	110	96	110
<b>Financiadores:</b>					
Juros/taxas	23	227.402	250.918	394.624	382.253
Aluguéis		7.137	4.455	27.080	34.605
<b>Acionistas:</b>					
Dividendos propostos e adicionais	20.c	5.195	10.446	5.195	10.446
Juros sobre o capital próprio	20.c	-	-	-	-
<b>Lucros retidos</b>		<b>8.845</b>	<b>17.786</b>	<b>8.845</b>	<b>17.786</b>
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos		-	-	73.806	67.599
		1.144.014	886.865	2.459.685	2.255.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de Reais - R\$)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	30.828	(362.752)	36.820	(422.619)	
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos		1.200	(15.288)	1.200	(15.288)
Total dos outros resultados abrangentes		32.028	(378.040)	38.020	(437.907)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>		<b>38.431</b>	<b>(356.509)</b>	<b>118.229</b>	<b>(348.777)</b>
<b>ATRIBUÍVEL AOS:</b>					
Acionistas controladores		38.431	(356.509)	38.431	(356.509)
Acionistas não controladores		-	-	79.798	7.732
		38.431	(356.509)	118.229	(348.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de Reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>		6.403	21.531	80.209	89.130
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	52.334	44.251	301.997	316.903
Imposto de renda e contribuição social	9	(39.844)	(69.873)	69.139	45.702
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	12 e 13	5.925	4.289	13.002	12.397
Resultado de equivalência patrimonial	11	(87.946)	(195.669)	19.957	28.799
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões e atualizações	18	14.034	1.123	34.799	14.397
Atualização de depósitos judiciais		(2.465)	(1.619)	(2.674)	(2.155)
Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	14	76.270	222.089	211.910	327.335
Valor justo dos passivos financeiros	14	109.826	-	109.826	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	1.642	271	1.777	3.354
Provisão para perdas nos estoques		3.511	(3.442)	3.175	(9.762)
Despesa financeira (líquida) dos planos de pensão e benefícios pós-emprego	23	-	-	8.765	11.605
Ganho na venda de imobilizado		-	-	(19.910)	(68.710)
Baixa de opções de ações		128	106	128	106
Baixa de custo atribuído		(522)	(458)	(522)	(458)
<b>Redução (aumento) no ativo:</b>					
Contas a receber de clientes		(70.785)	(63.494)	(153.663)</	

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial			Participação dos acionistas não controladores		
			Opções outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro	Dividendos intermediários	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Outros resultados abrangentes	Lucros do exercício	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		700.000	2.952	68.114	242.079	-	(8.260)	96.851	682.249	-	1.783.985	233.092	2.017.077
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	6.403	6.403	73.806	80.209
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	32.028	-	32.028	5.992	38.020
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	-	32.028	6.403	38.431	79.798	118.229
Aumento de capital		577.398	-	-	-	-	-	-	-	-	577.398	-	577.398
Reconhecimento de plano de opções de ações		-	128	-	-	-	-	-	-	-	128	-	128
Exercício de opções de ações		-	-	-	(5)	-	-	59	-	-	54	-	54
Ações em tesouraria adquiridas		-	-	-	-	-	-	(4.679)	-	-	(4.679)	-	(4.679)
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	-	(7.637)	7.637	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	-	(522)	-	(522)	-	(522)
Conversão de debêntures - 6ª emissão		-	-	-	-	-	11.436	-	-	-	11.436	-	11.436
Aquisição de participação de não controladores	11.b (vi)	-	-	-	-	-	(13.183)	-	-	-	(13.183)	-	(13.183)
Dividendos destinados aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.238)	(70.238)
Destinações do lucro líquido do exercício:													
Reserva legal	20.c	-	-	702	-	-	-	-	-	(702)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	20.c	-	-	-	8.143	-	-	-	-	(8.143)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.c	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.195)	(5.195)	-	(5.195)
Dividendos intermediários	36	-	-	-	(31.051)	31.051	-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>1.277.398</b>	<b>3.080</b>	<b>68.816</b>	<b>219.166</b>	<b>31.051</b>	<b>(1.747)</b>	<b>(12.880)</b>	<b>88.692</b>	<b>714.277</b>	<b>2.387.853</b>	<b>242.652</b>	<b>2.630.505</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3. As atividades da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 22 unidades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na Nota 2.

**2. EMPRESAS DO GRUPO**

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	País	Atividade	Participação direta - %		Participação indireta - %	
			2017	2016	2017	2016
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-	-	-
- Filial Limeira	Brasil	(b)	-	-	-	-
- Filial Limeira	Brasil	(c)	-	-	-	-
- Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-	-	-
- Filial Resende	Brasil	(d)	-	-	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil		33,33	33,33	33,33	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co. Ltd.	China	(a)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	Tailândia	(c)	8,15	-	91,84	70,09
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(g)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(c) (h)	-	-	100,00	-
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha		-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	-	100,00	100,00
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	-	100,00	100,00
Servicios Corporativos Inmagusa, S.A. de C.V.	México		-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosí, S.A. de C.V.	México		-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	México		-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings, LLC	EUA	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels	EUA	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
HLI Delaware Holdings, LLC	EUA		-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Akron LLC	EUA	(a)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l.	Luxemburgo	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Europe S.à.r.l	Luxemburgo	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão		-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels EAAP Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha		-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italy Holding, S.r.l.	Itália	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Germany Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	-	85,00	85,00

**3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Base de elaboração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

**Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

**Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, ativos e passivos foram convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço, e receitas e despesas foram convertidas pelas taxas de câmbio médias vigentes nos meses de ocorrência das transações para reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

**Taxas de câmbio**

As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31/12/2017	31/12/2016
Dólar norte-americano (US\$)	3,3080	3,2591
Euro (€)	3,9693	3,4384
Taxa média	31/12/2017	31/12/2016
Dólar norte-americano (US\$)	3,1920	3,4901
Euro (€)	3,6071	3,8615

**Uso de estimativas e julgamentos**

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

- Avaliação do valor recuperável do ágio.
- Imposto de renda e contribuição social.
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Obrigações de planos de pensão.
- Plano de outorga de opções de compra de ações.
- Gestão de risco e instrumentos financeiros.

**Consolidação das demonstrações financeiras**

Definição de controladas - uma entidade é uma controlada quando a Companhia tem poder sobre ela, está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Demonstrações financeiras consolidadas - incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.
- Eliminação das transações intercompanhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas do grupo. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido.

**Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior**

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das

correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data do balanço.

Os ganhos ou as perdas resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidos como "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita**

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. É apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

**Recarga de vendas de bens**

É reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos para os compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia e às suas controladas; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. Mais especificamente, a recarga de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

**b) Transações com moeda estrangeira**

Convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

**c) Instrumentos financeiros**

**Classificação**

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos a vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**Ativos financeiros**

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - a Companhia não possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - a Companhia não possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis - incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após o encerramento de cada exercício, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nessa categoria.

**Passivos financeiros**

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui derivativo emitido nas debêntures conversíveis e nas debêntures simples com bônus de subscrição.

Avaliados ao custo amortizado - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Representados por empréstimos e financiamentos bancários, incluindo as debêntures, saldos a pagar a fornecedores e saldos a pagar a partes relacionadas, os quais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até o encerramento de cada exercício.

**Método da taxa efetiva de juros**

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

**Mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no exercício em que ocorrem.

	País	Atividade	Participação direta - %		Participação indireta - %	
			2017	2016	2017	2016
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	Brasil	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	-	60,00	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	-	60,00	60,00

(a) Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.

(b) Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.

(c) Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.

(d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.

(e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).

(f) Comercialização de rodas leves e pesadas.

(g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.

(h) Empresa em fase pré-operacional, com expectativa de início de fabricação em 2019.

**Participação em negócios em conjunto**

A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFundição"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias. A AmstedMaxionFundição, por meio da Amsted Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários.

A Companhia, por meio Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba - Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves.

Os investimentos nos negócios em conjunto AmstedMaxionFundição e Maxion Montich, com 37,75% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os principais grupos das demonstrações financeiras dos negócios em conjunto estão apresentados a seguir:

	AmstedMaxionFundição		Maxion Montich	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Balancos patrimoniais</b>				
Ativo circulante	74.783	70.741	122.133	42.194
Ativo não circulante	378.001	449.149	53.410	27.654
Passivo circulante	(133.009)	(201.609		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

vida útil estimada dos ativos. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas são anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos são registrados como despesa, quando incorridos.

**i) Redução ao valor recuperável dos ativos**

**Ativos**  
A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

**Ágio**

Com o objetivo de testar o valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem ao segmento automotivo e à unidade de negócio ao qual o ágio foi alocado e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

**Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

**j) Provisões**

**Geral**  
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passivas referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**k) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

**Plano de benefício definido e benefícios de assistência à saúde pós-emprego**  
A Companhia patrocina um plano fechado de previdência do tipo benefício definido, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo juros, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos) são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débito ou crédito a lucros retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes. Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração consolidada do resultado:

- Custos de serviço, compreendendo custos circulantes com serviços, custos com serviços passados, ganhos e perdas advindos de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais;
- Despesas ou receitas com juros líquidos.

**Plano de contribuição definida**

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia.

**l) Benefícios a colaboradores**

**Participação nos resultados**  
A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas

operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**Remuneração baseada em ações**

Para os participantes dos planos, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear com despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio.

No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos colaboradores.

**m) Impostos**

**Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

**Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias quando aplicáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

**n) Lucro líquido por ação**

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

**o) Normas emitidas**

As normas e interpretações IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes foram emitidas e estão vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018, conforme abaixo:

**IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas a Companhia em 2018, quando o Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

**Redução ao valor recuperável**

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes, sempre menor que 12 meses. A Companhia não espera um aumento relevante na provisão para perdas.

**IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes**

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo. Em 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada concluída em 2017.

A Companhia atua na venda de rodas e componentes estruturais. Esses bens são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados dos clientes, e não existe nenhum serviço atribuído nessa venda.

**Venda de bens**

A avaliação concluída em 2017, considera que a venda desses bens são a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. O reconhecimento de receita ocorrerá no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

**Obrigações de garantia**

A Companhia não fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes.

**Adiantamentos recebidos de clientes**

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como parte de fornecedores e outras contas a pagar.

**Abatimentos por volume**

A Companhia oferece abatimentos retroativos por volume aos seus clientes sempre que a quantidade de bens adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a sua política contábil em vigor, a Companhia estima os abatimentos por volume esperados usando o método de abatimentos de valor da média ponderada por probabilidade e os inclui em outras contas a pagar. Em resumo, a expectativa é de que não haverá impacto significativo na adoção da IFRS 15.

**IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2**

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgadas abaixo.

**IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil**

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidênciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.61.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Com relação as outras normas, interpretações e alterações as normas que tiveram alterações mandatórias para as demonstrações financeiras, com início em 1º de janeiro de 2017 e com início em 1º de janeiro de 2018 em diante, não foram listadas acima devido a sua não-aplicabilidade ou a sua imaterialidade para a Companhia.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos:				
No Brasil	7.783	15.648	14.427	26.772
No exterior	-	-	283.886	208.224
	7.783	15.648	298.313	234.996
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
No Brasil	113.257	14.011	121.944	41.216
No exterior	-	-	123.074	155.387
	113.257	14.011	245.018	196.603
Total	121.040	29.659	543.331	431.599

Operações	Rentabilidade média	Liquidez	País	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,1% CDI	Imediata	Brasil	43.466	7.007	50.895	18.286
Debêntures compromissadas	100,1% CDI	Imediata	Brasil	69.791	7.004	71.049	22.930
Aplicação em pesos mexicanos	4,6% a.a.	Imediata	México	-	-	17.827	21.265
Aplicação em dólares norte-americanos	0,7% a.a.	Imediata	México	-	-	234	16.893
Aplicação em euros	1,0% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	36.518	37.994
Aplicação em dólares norte-americanos	3,6% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	54.211	65.657
Aplicação em liras turcas	13,7% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	14.284	13.578
Total				113.257	14.011	245.018	196.603

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

**a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No País	224.129	154.045	264.046	202.316
No exterior	9.073	6.221	804.184	632.142
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	22.971	25.122	4.520	6.517
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.057)	(415)	(7.834)	(5.817)
Total	254.116	184.973	1.064.916	835.158

**Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(415)	(348)	(5.817)	(7.094)
Valores recuperados	1.351	204	4.855	3.435
Valores baixados como incobráveis	611	186	1.470	1.144
Complementos	(3.604)	(457)	(8.102)	(4.498)
Variação cambial	-	-	(240)	1.196
Saldo no fim do exercício	(2.057)	(415)	(7.834)	(5.817)

**b) Saldos por idade de vencimento**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	218.001	145.897	951.312	743.648
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	29.338	29.641	80.286	69.313
De 31 a 60 dias	2.639	5.692	15.756	12.602
De 61 a 90 dias	675	2.073	5.336	5.349
De 91 a 180 dias	1.389	724	6.411	3.251
Acima de 180 dias	4.131	1.361	13.649	6.812
Total	256.173	185.388	1.072.750	840.975

**7. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	42.894	32.750	300.293	255.439
Produtos em elaboração e semiacabados	56.682	40.483	198.538	133.807
Ferramentais para revenda em elaboração	58.392	31.742	123.741	72.642
Matérias-primas	70.416	57.650	300.918	234.566
Materiais auxiliares e embalagens	64.575	60.307	229.304	195.937
Adiantamentos a fornecedores	64.866	8.272	82.988	15.845
Importações em andamento	2.844	1.163	5.807	1.073
Provisão para perdas	(12.539)	(9.028)	(50.144)	(44.280)
Total	348.130	223.339	1.191.445	865.029

**Movimentação na provisão para perdas dos estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(9.028)	(12.470)	(44.280)	(61.436)
Reversões	6.223	11.859	20.999	43.034
Complementos	(9.734)	(8.417)	(24.174)	(33.272)
Variação cambial	-	-	(2.689)	7.394
Saldo no fim do exercício	(12.539)	(9.028)	(50.144)	(44.280)

**8. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	11.586	25.562	62.774	53.111
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.905	15.846	22.971	19.070
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.532	6.178	3.396	7.072
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	4.396	3.117	4.911	3.174</

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações consolidadas, gerados por algumas de suas controladas no exterior, conforme segue:

País	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor (iii)	Prescrição	Limite por ano	Valor (iii)	Prescrição	Limite por ano
Estados Unidos da América - Federal (i)	731.738	2024 a 2038	(iv)	696.448	2024 a 2038	(iv)
Estados Unidos da América - Estadual (i)	444.938	2021 a 2038	(ii)	435.793	2021 a 2038	(ii)
China (i)	76.909	2018 a 2022	Não há	54.054	2018 a 2022	Não há
Espanha (i)	22.578	Não há	25% a 50%	19.640	Não há	25% a 50%
África do Sul (i)	84.059	Não há	Não há	77.480	Não há	Não há
Tailândia (i)	40.222	2019 a 2021	Não há	29.942	2019 a 2021	Não há
Austria (i)	22.068	Não há	75%	12.947	Não há	75%
Total	<u>1.422.512</u>			<u>1.326.304</u>		

- (i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.  
(ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.  
(iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.  
(iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a Lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2017, nos seguintes exercícios:

	R\$
2018	17.285
2019	15.235
2020	22.466
2021	29.187
2022	45.595
2023 até 2025	91.444
2026 até 2027	64.939
Total	<u>286.151</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. No caso da Controladora, levou também em consideração ações que estão sendo implementadas, notadamente quanto à reestruturação operacional e financeira da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2017, o governo norte-americano aprovou uma lei tributária abrangente denominada *Tax Cuts and Jobs Act* ("Tax Act"). A norma traz mudanças amplas e complexas no código tributário dos Estados Unidos, incluindo, mas não limitado a (1) redução da alíquota de imposto de renda federal de 35% para 21%; (2) pagamento do imposto único de transição sobre determinados ganhos auferidos por subsidiárias estrangeiras não repatriados aos Estados Unidos; (3) eliminação dos impostos de renda federais sobre os dividendos de subsidiárias estrangeiras; (4) inclusão de determinados ganhos auferidos por controladas estrangeiras no lucro tributável corrente das empresas norte-americanas; (5) eliminação do imposto mínimo alternativo corporativo ("AMT") e alteração da forma como os créditos de "AMT" existentes podem ser utilizados; (6) criação do base erosion anti-abuse tax ("BEAT"), um imposto mínimo com o intuito de evitar a erosão da base fiscal; (7) criação de um limite à dedutibilidade de despesa de juros; e (8) mudança de regras relacionadas ao uso e limitação do prejuízo fiscal criado em exercícios fiscais iniciados após 31 de dezembro de 2017.

Reconhecemos os efeitos tributários da nova lei norte-americana no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Registramos US\$ 6,5 milhões em benefício fiscal diferido referente à remensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos com base na nova alíquota de imposto de renda de 21%.

A nova lei tributária criou o imposto único de transição sobre a repatriação de ganhos e lucros ("E&P") de subsidiárias estrangeiras não distribuídos após 1986. A Companhia estimou o impacto da norma recentemente promulgada incorporando premissas de sua interpretação atual da lei tributária e não apurou despesa de imposto de renda relacionada ao imposto de transição.

Analizamos o impacto das várias disposições da nova lei tributária e os efeitos contábeis mencionados acima refletem nossa melhor estimativa em 31 de dezembro de 2017. Alterações às nossas estimativas podem ocorrer a depender, entre outras coisas, de orientações regulatórias adicionais que venham ser emitidas no futuro.

**b) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.441)	(48.342)	149.348	134.832
Alíquota combinada - %	34	34	34	34
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	11.370	16.436	(50.778)	(45.843)
Resultado de equivalência patrimonial	29.902	66.527	(6.785)	(9.792)
Despesas indedutíveis	(1.428)	(3.098)	(22.022)	(20.558)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	100.755	(2.681)
Impostos sobre distribuição de dividendos no exterior	-	-	(12.016)	(17.335)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior	-	-	(71.448)	32.379
Crédito tributário de controladas	-	-	6.965	25.515
Outros	-	(9.992)	(13.810)	(7.387)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>39.844</u>	<u>69.873</u>	<u>(69.139)</u>	<u>(45.702)</u>
Correntes	(5.529)	(6.909)	(136.828)	(112.502)
Diferidos	45.373	76.782	67.689	66.800

**10. PARTES RELACIONADAS**

**a) Remuneração da Administração**

	31/12/2017	31/12/2016
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	14.402	16.147
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	126.908	132.647
Participação nos resultados pactuados no Brasil (bônus)	13.921	9.934
Participação nos resultados pactuados no Exterior (bônus)	23.112	22.119

A Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$ 913 (R\$ 870 em 2016), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 21.

Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo, outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

**b) Transações com partes relacionadas**

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto operações entre estas, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, entre outras, contratos de serviços compartilhados, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

	31/12/2017		Resultado	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	2.461	31.961	8	23
Maxion Wheels e suas controladas	16.667	-	3.086	125.178
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	14	-	-	21
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	1.442	-	-	35.134
Serviços Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	328	-	-	-
Maxion Montich S.A.	2.059	-	-	12.775
Total	<u>22.971</u>	<u>31.961</u>	<u>3.094</u>	<u>173.131</u>

	31/12/2016		Resultado	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	1.569	-	17.442	-
Maxion Wheels e suas controladas	15.427	5.089	118.377	11
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	-	6	-
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	3.178	77	20.220	-
Maxion Montich S.A.	4.948	-	11.391	-
Total	<u>25.122</u>	<u>5.166</u>	<u>167.436</u>	<u>11</u>

(i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado em 28 de abril de 2017, com a AmstedMaxionFundição, no valor de R\$ 31.489 acrescido de R\$ 472 de juros, para o pagamento de dívidas preexistentes, remunerado semestralmente pela variação do CDI, acrescida de 2% ao ano, com vencimento do principal em 28 de abril de 2020, sujeito à prorrogação por períodos adicionais de um ano, salvo mediante prévia notificação em contrário da Companhia. A realização do crédito está suportada, substancialmente, pelos resultados futuros da AmstedMaxionFundição, consoante ao seu plano de negócios.

**c) Avals e garantias concedidos**

A Companhia mantém os seguintes valores prestados como avals em operações mantidas por suas controladas e seus negócios em conjunto, referentes substancialmente aos empréstimos e financiamentos divulgados na nota explicativa nº 14:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	414.251	-	427.217	-
Maxion Wheels e suas controladas	1.767.906	-	1.318.769	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	37.424	-	34.374	-
<b>Negócios em conjunto</b>				
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	-	-	-	92.722
Amsted-Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	-	-	-	40.330
Maxion Montich do Brasil Ltda.	-	6.443	-	2.043
Maxion Montich S.A.	-	4.706	-	-

**11. INVESTIMENTOS**

**a) Composição**

	31/12/2017		31/12/2016	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação em controladas	1.414.395	1.617.176	-	-
Participação em negócios em conjunto	47.178	81.264	47.178	81.264
Subtotal de investimentos	<u>1.461.573</u>	<u>1.698.440</u>	<u>47.178</u>	<u>81.264</u>
Outros investimentos	158	158	161	161
Total de investimentos	<u>1.461.731</u>	<u>1.698.598</u>	<u>47.339</u>	<u>81.425</u>

**b) Movimentação**

	Saldo em 31/12/2016	Aumento (redução) de capital	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Derivativo (iv)	Outros	Saldo em 31/12/2017
Austria GmbH (i)	1.580.515	(346.089)	29.389	1.200	114.249	-	-	1.379.264
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	35.666	-	2.516	-	(6.460)	-	-	31.722
Maxion Componentes Estruturais Ltda. (v)	992	-	-	-	108	-	(1.100)	-
Remon Resende Montadora Ltda.	3	-	-	-	21	-	-	24
Maxion Montich S.A. (ii)	6.918	-	(1.036)	-	1.462	-	-	7.344
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
(ii) (iii)	74.346	-	-	-	(21.419)	(13.458)	366	39.835
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltda. (vi)	-	-	(41)	-	(15)	-	3.440	3.384
Total	<u>1.698.440</u>	<u>(346.089)</u>	<u>30.828</u>	<u>1.200</u>	<u>87.946</u>	<u>(13.458)</u>	<u>2.706</u>	<u>1.461.573</u>

	Saldo em 31/12/2015	Aumento (redução) de capital	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Perda na diluição de investimentos	Distribuição de dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2016
Austria GmbH (i)	2.682.267	(964.907)	(358.797)	(15.288)	237.240	-	-	-	1.580.515
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	12.042	37.566	(1.114)	-	(12.828)	-	-	-	35.666
Remon Resende Montadora Ltda.	(53)	-	-	-	56	-	-	-	3
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	992	-	-	-	-	-	-	-	992
Maxion Montich S.A.	10.049	-	(2.841)	-	(292)	-	-	2	6.918
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	62.810	48.946	-	-	(26.210)	(2.297)	(8.911)	8	74.346
Total	<u>2.768.107</u>	<u>(878.395)</u>	<u>(362.752)</u>	<u>(15.288)</u>	<u>197.966</u>	<u>(2.297)</u>	<u>(8.911)</u>	<u>10</u>	<u>1.698.440</u>

(i) Em 7 e 24 de fevereiro de 2017, foram efetuadas reduções de capital nos montantes de R\$ 42.878 (US\$ 13.700 mil) e R\$ 317.617 (US\$ 102.500 mil), respectivamente. Em 19 de dezembro de 2017 foi efetuado um aumento de capital no montante de R\$ 14.400 (€ 3.700 mil).

(ii) Controladas em conjunto consideradas na controladora e no consolidado pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Em 28 de abril de 2017, foi concluída a operação de capitalização da AmstedMaxionFundição e da AmstedMaxionFerroviário pela já acionista Greenbrier do Brasil Participações Ltda., sendo que AmstedMaxionFerroviário recebeu um aporte de capital no valor de R\$ 63.694 e a AmstedMaxionFundição recebeu um aporte de capital no valor de R\$ 10.350. Como resultado dessas capitalizações, a Companhia reduziu sua participação acionária na AmstedMaxionFundição de 40,25% para 37,75%, e esta, por sua vez, reduziu sua participação acionária na AmstedMaxionFerroviário de 80,25% para 40%. O impacto contábil negativo (não caixa e não recorrente) dessa operação na equivalência patrimonial da Companhia foi de R\$ 22.556 relacionado a perda na participação do investimento proporcional à redução da participação acionária, decorrente do valor justo apurado na data-base 30 de abril de 2015.

O prejuízo da controlada em conjunto no período de 4 meses findos em 30 de abril de 2017 foi de R\$ 43.046, incluindo a perda na participação do investimento. O prejuízo da controlada em conjunto no período de 8 meses findos em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 10.842. A Companhia registrou R\$ 17.326 e R\$ 4.093 como resultado de equivalência patrimonial, considerando o percentual de participação de 40,25% e 37,75%, respectivamente.

(iv) Em 28 de abril de 2017, a Companhia outorgou aos demais acionistas de sua controlada em conjunto AmstedMaxionFundição opções de compra de participação adicional totalizando 12,8% do capital social da AmstedMaxionFundição, pelo valor total de USD 5.000 mil. Essas opções de compra são exercíveis até dezembro de 2020, atendidas certas condições pactuadas pelas partes. O pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração classifica essas opções de compra como um passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo dessas opções é de R\$ 13.458.

(v) Em 7 de dezembro de 2017, a Maxion Componentes Estruturais Ltda. foi incorporada na Iochepe-Maxion S.A.

(vi) Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu a participação de não controladores de 29,91% na controlada indireta Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd. pelo preço total de R\$ 16.901 (Bath 168.000 mil), sendo o montante de R\$ 6.885 (Bath 68.000 mil) pago à vista, e o remanescente de R\$ 10.016 (Bath 100.000 mil) sujeito ao cumprimento de metas de desempenho futuro da referida controlada (medidas com base no lucro antes do imposto de renda) nos exercícios de 2017 a 2021. O passivo contingente de R\$ 10.016 (Bath 100.000 mil) reconhecido a valor presente representa R\$ 8.629, sendo R\$ 1.509 no passivo circulante e R\$ 7.164 no passivo não circulante. Qualquer alteração na mensuração desse passivo contingente terá a sua contrapartida reconhecida no resultado do exercício ocorrido.

Em 13 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd. era de R\$ 7.793, sendo a parcela dos acionistas não controladores equivalente a R\$ 2.331. Consequentemente, o montante de R\$ 13.183 foi registrado como sendo a diferença entre o valor justo e o valor contábil no patrimônio líquido da controladora.

Em 14 de dezembro de 2017, a Maxion Wheels Italia S.r.l. aumentou o capital social da Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd. em R\$ 34.371 (Bath 335.000 mil), aumentando a sua participação de 70,09% para 91,84%. Consequentemente, a participação direta da Companhia reduziu de 29,91% para 8,15%. Diante do aumento de capital realizado pela Maxion Wheels Italia S.r.l., o investimento direto da Companhia passou de R\$ 2.331 para R\$ 3.440.

**c) Informações das empresas controladas e negócios em conjunto**

	31/12/2017		Capital social	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício			
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)							
Iochepe Maxion									
Austria GmbH (i)	-	100	5.883.884	4.258.597	693.199	1.379.264	246.023	5.929.653	114.249
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	91.678	59.956	241.044	31.722	-	46.537	(6.460)
Remon Resende Montadora Ltda. (ii)	90	66,66	741	705	90	24	12	1.364	31
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	108
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltda.	-	8,16	144.577	103.112	105.221	41.465	-	17.179	(184)
Maxion Montich S.A.	2.813	50	175.543	160.844	987	14.687	12	126.307	2.924
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	14.566.122	37,75	452.784	311.611	184.685	141.173	-	301.099	(53.888)

	31/12/2016		Capital social	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício			
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)							
Iochepe Maxion									
Austria GmbH (i)	-	100	5.330.474	3.516.868	964.093	1.580.515	233.091	5.803.550	237.240
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	100	84.265	48.599	222.470	35.666	-	31.210	(12.828)
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	-	992						



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2019	172.131	679.306
2020	10.377	390.304
2021	7.946	300.537
2022	4.390	116.848
2023 em diante	142	3.737
Total	<u>194.986</u>	<u>1.490.732</u>

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia, no valor líquido de R\$ 452.922 (R\$ 447.795 em 31 de dezembro de 2016).

**Debêntures**

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures conversíveis em ações de 6ª emissão - Instrução CVM nº 400 ("ICVM nº 400"); e (ii) debêntures simples com bônus de subscrição de 7ª emissão - ICVM nº 400, nominativas e escriturais, de espécie quirográfrica, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2017
6ª emissão	Conversíveis em ações	320.000	02/05/2013	01/04/2018	100% CDI + 2% a.a.	239.432
7ª emissão	Simple com bônus de subscrição	397.732	30/04/2014	01/04/2019	100% CDI + 2% a.a.	159.550

**6ª emissão - debêntures conversíveis em ações - ICVM nº 400**

Não ocorrendo a conversão em ações, as debêntures serão amortizadas no vencimento e os juros serão pagos semestralmente no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano. Poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a qualquer tempo, a exclusivo critério dos debenturistas ao preço unitário fixo de R\$ 12,70. Observados os termos da Escritura de Emissão, caso durante o período de conversão haja aumento do capital social da Companhia a um valor abaixo do valor acima indicado, o preço de conversão passará a ser o menor entre os dois.

A variação do valor justo por meio do resultado terá seu efeito no passivo financeiro.

O valor justo das opções de conversão das debêntures, determinado em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Preço da ação da Companhia	R\$ 23,00
Preço da opção de conversão	R\$ 12,70
Tempo restante para o exercício da opção (dias úteis)	63
Taxa de juros	6,82%
Volatilidade (ao ano)	29,53%

O detalhe do cálculo da bifurcação do valor justo das opções de conversão das debêntures e da dívida em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Instrumento de dívida - debêntures	131.373
Derivativo embutido	<u>105.545</u>
Subtotal	236.918
Custo da transação a amortizar	(387)
Juros incorridos acumulados	107.991
Juros pagos acumulados	<u>(105.090)</u>
Total	<u>239.432</u>

**7ª emissão - debêntures simples com bônus de subscrição - ICVM nº 400**

Os juros das debêntures serão pagos semestralmente no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano e o principal, amortizado no vencimento.

Cada debênture deu o direito a 32 bônus de subscrição, que são títulos autônomos e desvinculados das debêntures que circularão independentemente e permanecerão válidos desde a data de emissão até a respectiva data de exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro. Cada bônus de subscrição dará o direito à subscrição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, a qual poderá ser subscrita a qualquer tempo e a exclusivo critério dos debenturistas ao preço unitário fixo de R\$ 31,25.

O valor justo dos bônus de subscrição, determinado em 31 de dezembro de 2017 utilizando o modelo de apreçamento de opções "Black & Scholes", é como segue:

Preço da ação da Companhia	23,00
Preço da opção de conversão	31,25
Tempo restante para o exercício da opção (dias úteis)	315
Taxa de juros	6,74%
Volatilidade (ao ano)	39,59%

O detalhe do cálculo da bifurcação do valor justo das opções de conversão das debêntures e da dívida em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Instrumento de dívida - debêntures	152.936
Derivativo embutido	<u>4.281</u>
Subtotal	157.217
Custo da transação a amortizar	(1.050)
Juros incorridos acumulados	161.051
Juros pagos acumulados	<u>(157.668)</u>
Total	<u>159.550</u>

**Cancelamento parcial da 7ª e 6ª emissão de debêntures**

Em 21 de março de 2017, a Companhia finalizou a capitalização privada mediante emissão de novas ações, num total de R\$ 554.323, dos quais foram utilizadas 119.983 debêntures da 7ª emissão como forma de pagamento, que em seguida foram canceladas. Também houve o exercício de bônus de subscrição da 7ª emissão de debêntures, das quais foram utilizadas 52.294 debêntures como forma de pagamento, que em seguida foram canceladas. Portanto, foram canceladas 172.277 debêntures da 7ª emissão da Companhia. No primeiro trimestre de 2017, houve ainda a conversão de 17.601 debêntures da 6ª emissão, que eram conversíveis em ações.

Em 27 de junho, 28 de agosto, 27 de setembro, 30 de outubro e 20 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital em R\$ 99, R\$ 1.090, R\$ 7.141, R\$ 13.160 e R\$ 1.585, respectivamente, através da conversão de 100, 1.100, 7.209, 13.285 e 1.600 debêntures da 6ª emissão, que eram conversíveis em ações.

**Condições das Debêntures**

- a) As debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura. Sobre o saldo devedor do valor nominal da 6ª e 7ª emissões de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI acrescido de 2% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, nas datas mencionadas, que deverá ser igual ou inferior a:
  - (i) 3,50 vezes, em 31 de dezembro de 2017.
  - (ii) 3,25 vezes, em 30 de junho de 2018.
  - (iii) 3,00 vezes, em 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho e 31 de dezembro subsequentes.

Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações intermediárias consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Na data-base 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas de "Condições das Debêntures".

**15. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No País	137.481	86.541	158.633	100.981
No exterior	3.121	1.326	897.658	755.103
Partes relacionadas no exterior (nota explicativa nº 10.b)	3.094	5.166	8	-
Total	<u>143.696</u>	<u>93.033</u>	<u>1.056.299</u>	<u>856.084</u>

**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda de controladas no exterior	60	-	94.270	42.625
ICMS	324	1.286	4.253	4.667
COFINS	33	17	298	657
CSLL	21	548	21	681
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.776	2.844	1.977	1.687
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	3.436	2.654	3.441	2.656
Outras	520	205	1.829	2.837
IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	20.966	19.645
Outros países	-	-	6.495	1.648
Total	<u>8.170</u>	<u>7.554</u>	<u>133.550</u>	<u>77.103</u>

**17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	1.830	1.253	53.282	41.491
Encargos sociais	10.665	9.157	32.984	28.692
13º salário	-	-	-	-
Férias	38.540	27.241	69.269	53.719
Participação nos resultados	24.264	18.847	96.401	79.927
Total	<u>75.299</u>	<u>56.498</u>	<u>251.936</u>	<u>203.829</u>

**18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS**

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora			Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	3.202	28.458	9.611	41.271	18.311	43.706	11.365
Adições	5.127	2.162	141	7.430	7.008	13.961	191
Pagamentos	(1.765)	(147)	-	(1.912)	(3.677)	(10.509)	(420)
Reversões	(829)	(8.657)	(117)	(9.603)	(2.457)	(10.833)	(503)
Atualizações	1.176	2.002	118	3.296	4.391	2.274	365
Variação cambial	-	-	-	-	(268)	(2.219)	(36)
Saldo em 31/12/2016	<u>6.911</u>	<u>23.818</u>	<u>9.753</u>	<u>40.482</u>	<u>23.308</u>	<u>36.380</u>	<u>10.962</u>
Adições	11.732	759	91	12.582	24.770	1.192	5.248
Pagamentos	(5.865)	-	-	(5.865)	(6.433)	(190)	-
Reversões	(1.185)	(245)	(127)	(1.557)	(4.012)	(1.282)	(131)
Atualizações	1.363	1.582	64	3.009	7.368	1.582	64
Reclassificações	(106)	88	18	-	(106)	88	18
Variação cambial	-	-	-	-	88	1.592	157
Saldo em 31/12/2017	<u>12.850</u>	<u>26.002</u>	<u>9.799</u>	<u>48.651</u>	<u>44.983</u>	<u>39.362</u>	<u>16.318</u>

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

**Processos de natureza trabalhista**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Na controladora, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 46.839 (R\$ 17.067 em 31 de dezembro de 2016), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 12.850 (R\$ 6.911 em 31 de dezembro de 2016), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 193.299 (R\$ 92.386 em 31 de dezembro de 2016), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 44.983 (R\$ 23.308 em 31 de dezembro de 2016), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

**Processos de natureza tributária**

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora	Consolidado
PIS/COFINS (a)	7.226	7.226
INSS (b)	13.502	13.502
IPI (c)	4.163	4.163
IR - "Corporate Income Tax" (d)	-	11.854
Outros	1.111	2.617
Total	<u>26.002</u>	<u>39.362</u>

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

- (a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: (i) comissão de agentes paga ao exterior desde maio de 2005; e (ii) fretes sobre transferência entre filiais desde maio de 2008.
- (b) Discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP no cálculo do Seguro de Acidente de Trabalho - SAT.
- (c) Discussão judicial para anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia.
- (d) Procedimento de fiscalização sobre imposto de renda e outros tributos conduzida por autoridades fiscais da Alemanha, envolvendo as controladas indiretas da Companhia nesse país, relativa ao período compreendido entre 2009 e 2011, na qual se questionam: (i) o montante de juros deduzidos fiscalmente relativos a nota promissória intragrupo; e (ii) o valor de avaliação de certos direitos que foram capitalizados na controlada em 2011.

**Processos de natureza cível**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava como parte em processos de natureza cível que envolvem contingência passiva; desses processos, o montante total de R\$ 9.799 (R\$ 9.753 em 31 de dezembro de 2016) foi avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, o montante total dos processos que envolvem contingência passiva com chance de perda provável era de R\$ 16.318 (R\$ 10.962 em 31 de dezembro de 2016).

**Riscos classificados como perda possível**

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza tributária e cível envolvendo contingência passiva que não estão provisionados, pois apresentam chance de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2017, no consolidado, esses processos, cuja chance de perda é classificada como possível, totalizam R\$ 400.445 (R\$ 296.989 em 31 de dezembro de 2016). Esses valores são relativos principalmente a:

- a) Processo administrativo nº 3.127.787-1, de natureza tributária contra a Companhia, cujos temas versam sobre: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias sem documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições de pessoas jurídicas do Simples; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. O item (i) do auto de infração anteriormente mencionado foi cancelado definitivamente na esfera administrativa, tendo sido apresentado pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes, o qual aguarda julgamento interrompido por pedido de vista, sendo o montante total discutido classificado como de perda possível correspondente a R\$ 176.066.
- b) Autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha, relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2009, processos nº 08/8972/2012 e nº 08/01138/2013, derivados de auditorias fiscais envolvendo as controladas Maxion Wheels Europe S.a.s.r.l. (anteriormente denominada HLI European Holdings ETVE, S.L.), Maxion Wheels España S.L. (anteriormente denominada Hays Lemmerz Manresa, S.L.) e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L., nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestruturação corporativa e financeira; apresentada defesa administrativa, proferida decisão desfavorável em 1ª instância, aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa, cujo montante total discutido é de R\$ 33.727.
- c) Processo administrativo nº 16045.720014/2015-51, de natureza tributária contra a Companhia, referente à cobrança de IRPJ, acrescido de juros e multa de ofício de 75%, sob alegação de não quitação das estimativas mensais do ano-calendário 2011 - "Compensações Não Homologadas"; apresentada defesa administrativa, proferida decisão favorável em 1ª instância cancelando integralmente o débito, aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível de R\$ 20.515.
- d) Processos administrativos nº 16045.720012/2015-62 e nº 16045.720013/2015-15, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2011; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, bem como processos administrativos nº 10860.901849/2015-11 e nº 10860.901848/2015-76, que versam sobre glosa de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2012, em decorrência da alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior mencionada no subitem (i) acima; apresentadas defesas administrativas, aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$ 19.948.
- e) Processos administrativos nº 16048.720140/2017-48 e nº 16048.720.402/2017-74, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2012; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, mais multa isolada, apresentadas defesas administrativas, aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$ 56.778.
- f) Processos administrativos de natureza tributária relacionados à cobrança pela Receita Federal de multas isoladas pela não homologação de compensações, com fundamento no artigo 74, parágrafo 17 da Lei nº 9.430/1996 e Instrução Normativa 1.675 de 2016; apresentadas defesas administrativas, aguarda-se decisão de 1ª instância, sendo o montante total discutido de R\$ 9.813.

**Depósitos judiciais vinculados à provisão - consolidado**

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas relacionados a quantias depositadas para discussão judicial em processos que apresentam chance de perda classificada como provável, as quais serão mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Em 31 de dezembro de 2017, somam R\$ 25.653 (R\$ 24.929 em 31 de dezembro de 2016).

**19. PASSIVO ATUARIAL DE PLANO DE PENSÃO**

**a) Contribuição definida - Plano de suplementação de aposentadoria**

**Controladora**

A Companhia patrocina desde 1º de agosto de 2004 um plano aberto de previdência complementar mantido pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. que oferece planos de suplementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. Em 31 de dezembro de 2017, participam desse plano 3.872 colaboradores da Companhia (4.012 em 31 de dezembro de 2016). As contribuições efetuadas pela Companhia totalizaram R\$ 2.042 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.811 em 31 de dezembro de 2016).

**Maxion Wheels**

A controlada indireta Maxion Wheels patrocina um plano de suplementação de aposentadoria, cobrindo substancialmente todos os colaboradores das unidades localizadas nos Estados Unidos da América. A contribuição da controlada totalizou R\$ 3.033 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.933 em 31 de dezembro de 2016).

**b) Benefício definido - Plano de suplementação de aposentadoria e assistência médica pós-emprego - Consolidado**

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Maxion Wheels, patrocina determinados planos de pensão de benefício definido e planos de assistência médica pós-emprego, bem como seguros de vida. A controlada suporta os benefícios de pensão com base nos requerimentos de fundo das leis internacionais e dos regulamentos dos referidos planos, com antecedência do pagamento dos benefícios. Também suporta outros benefícios à medida que são disponibilizados aos colaboradores.

**Movimentação no valor presente do benefício definido**

Obrigações do benefício definido	31/12/2017					31/12/2016				
	Plano de benefício definido					Plano de benefício definido				
	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total
Obrigações assumidas no início do exercício	(339.610)	(24.327)	(3.069)	(40.077)	(407.083)	(406.552)	(30.383)	(4.514)	(49.396)	(490.845)
Benefícios pagos pelo plano	21.756	1.532	-	5.043	28.331	21.528	1.662	-	4.597	27.787
Custo do serviço	(1.556)	(149)	(267)	(3.877)	(5.849)	(1.497)	(15			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**Análise de sensibilidade das obrigações**

Em 31 de dezembro de 2017, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	<b>Pensão</b>	<b>Outros planos</b>
cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a:	1,79%	8,25%
Aumento na obrigação de benefício definido	22.018	2.999
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	11	12
cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a:	2,79%	9,25%
Redução na obrigação de benefício definido	20.758	2.824
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	11	12

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

**Contribuições pagas aos planos**

A controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 22.250 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 21.920 em 31 de dezembro de 2016).

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017, o capital integralizado é de R\$ 1.277.398 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2016) e está dividido em 140.327.782 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (94.863.372 em 31 de dezembro de 2016).

Em adição às 140.327.782 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 30.535.590 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará a quantidade de ações emitidas, o prazo de emissão e as condições de integralização.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

Em 21 de março de 2017, o Conselho de Administração homologou o aumento do capital social da Companhia cuja realização foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de janeiro de 2017, no montante total de R\$ 400.000, tendo sido R\$ 275.159 integralizados em moeda corrente e R\$ 124.841 integralizados mediante dação em pagamento das debêntures da 7ª emissão, mediante a emissão de 31.496.063 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado. Em decorrência do referido aumento de capital, foram emitidos, como vantagem adicional aos subscritores do aumento de capital, um total de 3.149.354 bônus de subscrição, sendo que cada bônus de subscrição dará direito ao seu titular de subscrever uma nova ação de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 12,70 por ação, no período compreendido entre 2 de abril de 2019 e 3 de junho de 2019.

Em 21 de março de 2017, o Conselho de Administração também ratificou a homologação de outros aumentos do capital social da Companhia no montante total de R\$ 154.323, mediante a emissão de 12.151.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, ocorridos no primeiro trimestre de 2017 em decorrência de (i) exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia em 1º de abril de 2014, como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures da 7ª Emissão; e (ii) conversão de debêntures da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações ao preço de conversão de R\$ 12,70 por ação, conforme solicitações de conversão recebidas e confirmadas no referido período.

Entre 27 de junho e 20 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração homologou novos aumentos do capital social da Companhia no montante total de R\$ 23.075, mediante a emissão de 1.816.932 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência de conversão de debêntures da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações ao preço de conversão de R\$ 12,70 por ação, conforme solicitações de conversão recebidas e confirmadas entre 9 de junho e 20 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo remanescente de 1.948.887 bônus de subscrição, que foram emitidos em 1º de abril de 2014 como vantagem adicional aos subscritores das debêntures simples da 7ª emissão da Companhia, sendo que cada bônus de subscrição dá direito ao seu titular de subscrever uma nova ação de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 31,25 por ação, a qualquer tempo até 1º de abril de 2019.

**b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro**

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

**c) Destinação do lucro líquido**

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

Em 7 de abril de 2017, foram pagos os dividendos referente ao exercício de 2016, no montante de R\$ 10.446.

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro líquido do exercício	6.403	21.531
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	7.637	6.701
Total a distribuir	14.040	28.232
(-) Reserva legal (5%)	(702)	(1.412)
Destinação do lucro:		
Dividendos mínimos obrigatórios - 37%	(5.195)	(10.446)
(-) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	(8.143)	(16.374)

**d) Opções outorgadas reconhecidas**

Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações dos planos 2015, 2014, 2012 e 2011 deduzidas do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2017, o total de ações canceladas é de 48.834 (94.285 opções em 31 de dezembro de 2016).

**e) Ações em tesouraria**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 683.411 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$ 12.880 (R\$ 8.260 em 31 de dezembro de 2016), como compromisso de plano de opções de compra de ações e programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$ 15.718, representado pela cotação de 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 23,00 por ação.

**21. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometê-lo nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B \cdot M) / P$$

Em que:

O = número de opções outorgadas ao beneficiário.

B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.

M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.

P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- a)** Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 2,0.
- b)** Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,5.
- c)** Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

O preço de exercício das opções será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, desde a data de início de cada programa até a data de exercício das respectivas opções.

Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data de cada programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

Nos programas de compra de ações de 2011, de 2012 e de 2014, foram outorgadas 206.446, 62.285 e 27.581 opções pelo preço de exercício de R\$ 20,95, R\$ 32,13 e R\$ 23,34, respectivamente.

De acordo com as regras do Plano, em 2013 não foi estabelecido o Programa de Opção de Compra de Ações.

No quinto programa, constituído em 2015, o Conselho de Administração nos termos da cláusula 3.2.1 do Plano, modificado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 9 de maio de 2014, decidiu outorgar aos executivos um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados de 2014, sem a contrapartida de aquisição em Bolsa de Valores de ações próprias. Os executivos que decidiram investir os percentuais de sua participação nos resultados de 2014, na forma prevista dos planos anteriores, além dos 25% mencionados, receberam opções adicionais, conforme as regras do Plano.

No quinto programa de ações, foram outorgadas 50.393 opções pelo preço de exercício de R\$ 10,38.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações em circulação e os seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
	<b>Preço médio de exercício por opção - R\$</b>	<b>Opções em circulação</b>	<b>Preço médio de exercício por opção - R\$</b>	<b>Opções em circulação</b>
Saldo no início do exercício	24,03	148.678	22,26	242.963
Exercidas	12,00	(1.041)	-	-
Canceladas	27,47	(48.834)	28,61	(94.285)
Saldo no fim do exercício	24,80	98.803	24,03	148.678

Das 98.803 opções em circulação em 31 de dezembro de 2017 (148.678 em 31 de dezembro de 2016), 39.713 opções (79.899 opções em 31 de dezembro de 2016) são exercíveis.

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas e preços de exercício:

**Em 31 de dezembro de 2017**

<b>Data da outorga</b>	<b>Valor justo da opção na data da outorga - R\$</b>	<b>Preço de exercício - R\$</b>	<b>Opções em circulação</b>	<b>Vida remanescente contratual (anos)</b>	<b>Opções exercíveis</b>
Março de 2011	8,14	20,95	18.478	0,2	18.478
Março de 2012	9,09	32,13	6.020	0,2	6.020
Março de 2012	10,59	32,13	6.020	1,2	6.020
Abril de 2014	7,13	23,34	9.195	1,2	9.195
Abril de 2014	9,43	23,34	9.193	2,3	-
Abril de 2014	10,37	23,34	9.193	3,3	-
Abril de 2015	4,81	10,38	12.894	2,3	-
Abril de 2015	5,35	10,38	13.905	3,3	-
Abril de 2015	6,29	10,38	13.905	4,3	-
Total			98.803		39.713

**Em 31 de dezembro de 2016**

<b>Data da outorga</b>	<b>Valor justo da opção na data da outorga - R\$</b>	<b>Preço de exercício - R\$</b>	<b>Opções em circulação</b>	<b>Vida remanescente contratual (anos)</b>	<b>Opções exercíveis</b>
Março de 2010	10,67	14,88	13.532	0,2	13.532
Março de 2011	7,12	20,95	19.188	0,2	19.188
Março de 2011	8,14	20,95	19.188	1,2	19.188
Março de 2012	7,45	32,13	6.278	0,2	6.278
Março de 2012	9,09	32,13	6.259	1,2	6.259
Março de 2012	10,59	32,13	6.259	2,2	6.259
Abril de 2014	7,13	23,34	9.195	2,2	9.195
Abril de 2014	9,43	23,34	9.193	3,3	-
Abril de 2014	10,37	23,34	9.193	4,3	-
Abril de 2015	4,81	10,38	16.821	3,3	-
Abril de 2015	5,35	10,38	16.786	4,3	-
Abril de 2015	6,29	10,38	16.786	5,3	-
Total			148.678		79.899

Em 31 de dezembro de 2017, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$ 23,00 (R\$ 11,66 em 31 de dezembro de 2016). As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 6,78 (R\$ 1,76 em 31 de dezembro de 2016).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 38,41% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação considerando os preços de vencimento.
- Vida esperada da opção correspondente entre um e cinco anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 6,86%, 6,73%, 7,41%, 8,28%, e 8,96%, para um, dois, três, quatro e cinco anos, respectivamente.

**22. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO**

Em abril de 2016 e 2017, o Conselho de Administração aprovou um plano de incentivo de longo prazo referente aos resultados de 2016 a 2019 ("Programa 2016") e aos resultados de 2017 a 2020 ("Programa 2017"), respectivamente, os quais têm por objetivo: (i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; e (ii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia nas bolsas de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários do Programa 2016 e 2017 farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) no valor das ações da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return on Invested Capital" ou "ROIC"). O recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unif", no primeiro caso, e "Performance Share", no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de 14,26 e 15,93, para o Programa de 2016 e 2017, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 20 (vinte) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) anteriores a data de outorga em abril de 2016 e 2017.

Os RSUs serão liquidados em 3 tranches, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 10 (dez) pregões antecedentes à data de liquidação, e as PSs de 2016 e 2017 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado entre 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019 e entre 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020, respectivamente, for atendido de acordo com os índices estipulados pelo Conselho de Administração para cada Programa. As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

<b>Programa</b>	<b>Tranche</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Quantidade Outorgada</b>
RSU - 2016	33,4%	27/04/2018	76.721
RSU - 2016	33,3%	27/04/2019	76.491
RSU - 2016	33,3%	27/04/2020	76.491
PS - 2016	100%	27/04/2020	229.703
RSU - 2017	33,4%	26/04/2019	64.259
RSU - 2017	33,3%	26/04/2020	64.067
RSU - 2017	33,3%	26/04/2021	64.067
PS - 2017	100%	26/04/2021	192.393

Em 31 de dezembro de 2017, o montante total provisionado na controladora é de R\$ 720 e R\$ 1.759 (R\$ 366 em 2016) e no consolidado é de R\$ 1.748 e R\$ 4.088 (R\$ 889 em 2016) registrados nas rubricas "Outras obrigações", no passivo circulante e não circulante respectivamente. As ações em tesouraria para fins de utilização dos recursos para o pagamento dos Programas 2016 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa nº 20.e).

**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	19.121	9.850	25.318	18.146
Variação do valor justo do passivo financeiro das debêntures	13.016	-	13.016	-
Receita com juros - plano de pensão	-	-	629	715
Ganho de crédito fiscal	6.920	25.703	6.920	25.703
Descontos obtidos e juros ativos	98	308	102	412
Atualização monetária dos depósitos judiciais	2.473	1.619	2.698	2.155
Outras	542	5.597	6.477	10.706
Total	42.170	43.077	55.160	57.837
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(74.066)	(207.600)	(200.809)	(311.755)
Variação do valor justo do passivo financeiro das debêntures	(134.276)	-	(134.276)	-
Juros do plano de pensão	-	-	(9.394)	(12.320)
Atualização monetária das provisões para riscos	(3.009)	(3.296)	(9.014)	(7.030)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.713)	(6.286)	(2.959)	(6.288)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(3.247)	(18.365)	(3.247)	(18.365)
Despesas bancárias	(7.011)	(5.953)	(28.578)	(14.303)
Outras	(3.080)	(9.418)	(6.347)	(12.192)
Total	(227.402)	(250.918)	(394.624)	(382.253)

**24. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria**

	Controladora						
	31/12/2017			31/12/2016			
	Nota explicativa	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	5	121.040	-	-	29.659	-	-
Contas a receber de clientes	6	254.116	-	-	184.973	-	-
Mútuo	10	31.961	-	-	-	-	-
Derivativo	11	-	-	13.458	-	-	-
Total		407.117	-	13.458	214.632	-	-
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	14	-	171.467	-	-	691.623	-
Debêntures	14	-	289.156	-	-	504.705	-
Passivos financeiros	14	-	-	109.826	-	-	6.660
Fornecedores	15	-	143.696	-	-	93.033	-
Total		-	604.319	109.826	-	1.289.361	6.660
Consolidado							
	31/12/2017			31/12/2016			
	Nota explicativa	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Valor justo
	Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	5	543.331	-	-	431.599	-	-
Contas a receber de clientes	6	1.064.916	-	-	835.158	-	-
Mútuo	10	31.961	-	-	-	-	-
Derivativo	11	-	-	13.458	-	-	-
Total		1.640.208	-	13.458	1.266.757	-	-
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	14	-	2.444.294	-	-	2.548.720	-
Debêntures	14	-	289.156	-	-	504.705	-
Passivos financeiros	14	-	-	109.826	-	-	6.660
Fornecedores	15	-	1.056.299	-	-	856.084	-
Total		-	3.789.749	109.826	-	3.909.509	6.660

**b) Valores justos**

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelos níveis 1, 2 ou 3. No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	2.444.294	2.436.059

O valor justo das opções de conversão das debêntures, conforme o valor divulgado na nota explicativa nº 14, foi determinado em 31 de dezembro de 2017, utilizando o modelo de apreçamento de opções "Black & Scholes".

O valor justo dos bônus de subscrição das debêntures da 7ª emissão, conforme o valor divulgado na nota explicativa nº 14, foi determinado em 31 de dezembro de 2017, utilizando o modelo de apreçamento de opções "Black & Scholes".

O valor justo das dívidas decorrentes da 6ª e 7ª emissão de debêntures da Companhia são calculados com base nas cotações do mercado secundário (nível 1) publicadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

**c) Gestão de riscos financeiros**

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

**Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras. O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2017					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	143.696	-	-	1.056.299	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	375.463	172.131	22.855	1.352.544	679.306	811.426
Total	519.159	172.131	22.855	2.408.843	679.306	811.426
	31/12/2016					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	93.033	-	-	856.084	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	517.903	329.507	355.578	1.182.808	874.114	1.003.163
Total	610.936	329.507	355.578	2.038.892	874.114	1.003.163

**Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Ativo:			
Contas a receber de clientes (i)	9.073	6.221	804.184	632.142
Partes relacionadas no exterior	20.510	23.553	2.059	4.948
Total do ativo	29.583	29.774	806.243	637.090
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	10.628	31.566	2.277.756	1.871.052
Fornecedores (iii)	3.121	1.326	897.658	755.103
Partes relacionadas no exterior	3.086	5.166	-	-
Total do passivo	16.835	38.058	3.175.414	2.626.155
Exposição líquida	12.748	(8.284)	(2.369.171)	(1.989.065)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	2.361.966	1.961.358
(+) Posição ativa "swap" (iv)	-	18.900	-	18.900
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	12.748	10.616	(7.205)	(8.807)

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2017, 75,5% (75,7% em 31 de dezembro de 2016) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2017, 80,1% (61,1% em 31 de dezembro de 2016) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2017, 85,0% (88,2% em 31 de dezembro de 2016) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se ao valor nominal de "swap" que troca o indexador dólar norte-americano por reais, cuja posição ativa era de R\$ 18.900.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

**Risco de concentração**

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 65% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

**Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio**

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

**Análise de sensibilidade - consolidado**

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

**i) Seleção dos riscos**

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (IPCA), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

**ii) Seleção dos cenários**

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2017.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 31 de dezembro de 2017. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDES para a TJLP, o "site" da CETIP S.A. - Mercados Organizados para a taxa do CDI, o "site" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o IPCA e o portal Bloomberg para a LIBOR.

**Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira**

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas. Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2017, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Cenário possível	Cenário remoto
<b>Risco da Companhia</b>		
Aumento da cotação do dólar norte-americano	1.802	3.603

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 3,3080/US\$ 1,00 (R\$ 4,1350/US\$ 1,00), e o cenário remoto, uma desvalorização de 50% (R\$ 4,9620/US\$ 1,00). Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$ 1.802 e R\$ 3.603 nos cenários possível e remoto, respectivamente. A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros**

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas</b>			
TJLP em 31 de dezembro de 2017	6,75%	8,44%	10,13%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 129.280			
Despesa financeira estimada	8.726	10.911	13.096
Efeito - perda		(2.185)	(4.370)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - IPCA</b>			
IPCA em 31 de dezembro de 2017	2,95%	3,68%	4,42%
Financiamentos indexados - IPCA - R\$ 8.826			
Despesa financeira estimada	260	325	390
Efeito - perda		(65)	(130)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - CDI</b>			
CDI em 31 de dezembro de 2017	7,82%	9,79%	11,75%
Empréstimo indexado - 113% do CDI - R\$ 5.006:			
Despesa financeira estimada	391	490	588
Efeito - perda		(99)	(197)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - LIBOR 3 meses</b>			
LIBOR em 31 de dezembro de 2017	1,69%	2,12%	2,54%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$ 56.661:			
Despesa financeira estimada	960	1.201	1.439
Efeito - perda		(241)	(479)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - LIBOR 6 meses</b>			
LIBOR em 31 de dezembro de 2017	1,84%	2,30%	2,76%
Empréstimo indexado - LIBOR 6 meses - R\$ 1.414.804:			
Despesa financeira estimada	25.991	32.540	39.049
Efeito - perda		(6.549)	(13.057)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Debêntures - CDI</b>			
CDI em 31 de dezembro de 2017	6,89%	8,61%	10,33%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$ 290.593:			
Despesa financeira estimada	20.022	25.020	30.018
Efeito - perda		(4.998)	(9.996)

**Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros**

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Aplicações financeiras - CDI</b>			
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2017	6,90%	5,17%	3,45%
Aplicações financeiras - 100,1% do CDI - R\$ 121.944:			
Receita financeira estimada	8.414	6.305	4.207
Efeito - perda		(2.110)	(4.207)

Em dezembro de 2017, as controladas Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. e Maxion Inci Jant Sanayi A.S., em virtude de suas previsões de compras futuras de aço e alumínio e a fim de proteger o risco de variação de preço, assinaram contratos a termo para fixação de preço da referida "commodity". Em 31 de dezembro de 2017, o total das perdas líquidas não realizadas com esses contratos a termo de aço e alumínio, reconhecido na rubrica "matérias-primas" (nota explicativa nº 7), era de R\$ 267, tendo sido registrado em contrapartida à rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" (nota explicativa nº 25) no resultado do exercício. As operações possuem prazos de liquidação, os quais levam em consideração a previsão das compras, entre três e oito meses da data de contratação. Em 31 de dezembro de 2017, as operações em aberto totalizam doze contratos, com vencimentos previstos entre 29 de março de 2018 a 29 de agosto de 2018 e estão assim resumidas:

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nominal (em milhares)		Perda valor de mercado
			€	R\$	
Estoques	Preço de "commodities"	Turkiye İş Bankası A.Ş.	18.700	73.954	(267)

**29. GESTÃO DE CAPITAL**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre o capital, os quais a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	570.449	1.202.988	2.843.276
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(121.040)	(29.659)	(543.331)	(431.599)
Dívida líquida	449.409	1.173.329	2.299.945	2.628.486
Total do patrimônio líquido	2.387.853	1.783.985	2.630.505	2.017.077
Relação dívida líquida sobre patrimônio	19%	66%	87%	130%

**30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS - ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Transações ocorridas sem desembolso de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aumento de capital mediante dação em pagamentos das debêntures da 7ª emissão, exercício de bônus de subscrição e conversões de debêntures da 6ª emissão	217.646	-	217.646	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado a pagar registrados na rubrica "Fornecedores"	3.397	1.775	10.062	38.029
Aumento de capital por meio de dividendos distribuídos de controlada em conjunto	-	8.911	-	8.911

**35. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS DIRETORES**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e com o respectivo relatório do auditor independente, assim como para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 727/14, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das correspondentes notas

explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente, bem como examinaram a proposta de distribuição de dividendos apresentada pela Administração da Companhia. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as referidas demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas nesta data, opinam, por unanimidade, que as demonstrações financeiras e

o relatório da administração encontram-se adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, SP, 20 de fevereiro de 2018.

Membros do Conselho Fiscal:

Angélica Flessas      Maurício Diácoli      Reginaldo Ferreira Alexandre

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

**Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. ("CAE" e "Companhia", respectivamente) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído visando a melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovada o seu Regimento Interno, tendo a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2012, aprovado sua previsão no artigo 28 no Estatuto Social da Companhia.

O CAE é composto de 3 (três) membros eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017, tendo mandato de 10 (dez) anos a contar da referida data, nos termos do artigo 31-C da Instrução CVM nº 309/99, sendo um membro pertencente ao Conselho de Administração da Companhia e dois membros independentes, sendo um deles, coordenador do CAE, especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 31-D da Instrução CVM 308/99 e no Regimento Interno do CAE. As avaliações e atuação do CAE

baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos auditores externos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais (ITR's).

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas à Diretoria da Companhia, porém supervisionadas pelo CAE, conforme os termos da Instrução CVM 308/99.

**Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2017**

O CAE, eleito em 31 de maio, reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias nove vezes no exercício social de 2017, complementando 8 reuniões do CAE eleito anteriormente, nas quais participaram membros da Diretoria, auditores internos e externos, além de outros membros da administração da companhia, conforme convocados pelo CAE. O CAE também participou de uma reunião com o Conselho Fiscal e de seis reuniões com o Conselho de Administração.

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacamos as seguintes:

- acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia;
- discussão e avaliação das políticas de independência dos auditores independentes, conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos para o exercício social de 2017, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores externos e diretores da Companhia;

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas da Iochpe Maxion S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe Maxion S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**1. Avaliação sobre a apuração dos impostos correntes e a realização de impostos diferidos ativos**

Por que é um PAA

Devido ao fato de a Companhia possuir diversas controladas no exterior e ter acumulado saldos significativos de créditos tributários decorrentes de imposto de renda e contribuição social, bem como à complexidade de julgamento exercido pela Administração na avaliação, na determinação, no registro e no uso de estimativas para a avaliação de realização de ativos e passivos diferidos correspondentes, existe o risco de divergências na aplicação das normalizações vigentes, notadamente a normalização técnica CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, equivalente à IAS 12 - "Income Taxes".

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e a implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à avaliação, à determinação, ao registro e às estimativas utilizadas na avaliação da realização dos ativos e passivos diferidos, além da utilização de especialistas em tributos na verificação da aderência à legislação fiscal e na análise dos cálculos realizados pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros e de realização dos saldos registrados. Analisamos e desafiamos as principais premissas adotadas pela Administração na elaboração do estudo de recuperação de créditos tributários.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos de impostos diferidos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4 e 9 às demonstrações financeiras.

**2. Redução ao valor recuperável de ágio e ativo imobilizado - "impairment"**

Por que é um PAA

A Companhia possui saldos significativos de ágios e ativo imobilizado registrados, que podem apresentar riscos de realização e, conseqüentemente, a perda do seu valor recuperável. O risco dá-se não somente pela relevância dos saldos, como também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio - 'impairment'", conduzidas pela Companhia, e do alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da Administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à análise do valor recuperável dos ativos, além da análise dos planos de negócios da

Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em avaliação, quando aplicável, na avaliação e no desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela Administração nos "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio - 'impairment'". Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras.

**3. Transações não usuais**

Por que é um PAA

Devido ao grande volume de unidades espalhadas ao redor do mundo e à descentralização das operações e complexidade de temas associados à Companhia, esta pode apresentar transações não usuais não devidamente capturadas em suas demonstrações financeiras, o que poderia suscitar impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, procedimentos na análise dos controles internos associados à captura e revisão dessas transações, reuniões periódicas com a Administração e o Comitê de Auditoria, bem como procedimentos de auditoria relacionados à identificação desses tipos de transações não recorrentes em sua contabilidade.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante.

**36. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Nos termos do artigo 204, § 2º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e do artigo 27, letra "i", do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2018, deliberou aprovar a proposta da Diretoria para o pagamento de dividendos intermediários no montante total de R\$ 31.051, à conta de reservas de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. O pagamento dos dividendos intermediários será realizado a partir de 15 de março de 2018.

**37. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação e emissão pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 20 de fevereiro de 2018.

**DIRETORIA**

MARCOS S. DE OLIVEIRA – Diretor Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO MARCIO ALMADA DOS SANTOS – Diretor Corporativo de Recursos Humanos

Contador: RENATO J. SALUM JUNIOR – CRC nº 1 SP 237586/O-4

- acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da Companhia e auditores independentes;
- acompanhamento das decisões da Companhia com relação aos projetos de tecnologia da informação;
- acompanhamento das atividades da área tributária da área corporativa da Companhia;
- acompanhamento das atividades das áreas corporativas jurídica e legal, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e respectivos provisionamento, conforme aplicável;
- revisão do "Formulário de Referência" elaborado de acordo com a Instrução CVM 480/09; e
- recebimento das manifestações feitas pelo canal de denúncias da Companhia e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Ética, assim como acompanhamento das providências tomadas pela Companhia.

**Conclusão**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

Edward Ruiz      Edmilson Baraldi      Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira  
Coordenador      Membro      Membro

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Walmir Bolgheroni  
Contador  
CRC nº 1 SP 139.601/O-9